



CONJUNTURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE EM POUCOS MINUTOS!



ANO 4 | Nº 167 | SEMANA DE 21 A 25 ABRIL DE 2024

LIRA VÊ COM MAUS OLHOS ATUAÇÃO DE PADILHA



AGENDA DO PLANALTO

Nova pesquisa do Ipec evidencia avaliações negativas do Governo Federal;



VISÃO LIBERAL

Diálogo entre iFood e Ministério do Trabalho ressalta complexidade da economia digital;



VISÃO DO ESPECIALISTA

Nesta semana, o analista de política do NEP, Gabriel Lana, fala sobre a proibição do comércio de cigarro eletrônico.

TEMPERATURA DO CONGRESSO

Nos últimos dias, os corredores do Congresso Nacional tornaram-se o epicentro do embate institucional entre os interesses do Executivo Federal e do Poder Legislativo. No início da semana, a pauta de votações das duas casas legislativas e do plenário do Congresso Nacional estava focada em assuntos com significativos impactos nas contas públicas. As chamadas “pautas bombas”, discutidas ao longo da semana, colocaram em xeque a atuação do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Na Câmara dos Deputados, Padilha atuou na construção de consensos em torno do Projeto de Lei 1026/24, o que culminou na aprovação do projeto na última terça-feira (23).

A proposta tem como objetivo alterar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e era considerada uma pauta prioritária pela equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na busca pelo equilíbrio das contas públicas. O texto limita os gastos com o programa a R\$ 15 bilhões até 2026 e significou uma importante vitória do ministro Padilha na Câmara.

No entanto, as vitórias do Planalto limitaram-se apenas a essa votação. A tentativa do Governo de promover no Senado o avanço do projeto de lei que retoma o DPVAT e que pode liberar R\$ 15,7 bi em créditos suplementares no orçamento foram frustradas devido à falta de votos para aprovar a matéria.

A proposta era uma condicionante para a realização da sessão do Congresso Nacional na última quinta-feira (25) e poderia derrubar o veto da presidência à distribuição de R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares. Desta forma, o ministro Padilha saiu derrotado em suas articulações com o Senado Federal, prejudicando ainda mais a reputação de sua atuação política, a qual vem sendo criticada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL).

Em Londrina, no dia 14 de abril, Lira declarou que Padilha é “incompetente” e disse ainda que o ministro é um “desafeto pessoal”.

As derrotas do Ministério das Relações Institucionais somam-se às críticas negativas ao ministro e pressionam o Planalto por mudanças. Além disso, a apresentação do primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da Reforma Tributária na última quarta-feira (24) consolida no horizonte um grande desafio para o Governo Federal.



Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

AGENDA DO PLANALTO

No último domingo (21), a Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) divulgou a pesquisa realizada com o objetivo de “levantar a opinião dos brasileiros sobre a atuação do Governo Federal em diversas áreas”.

Das oito áreas avaliadas pela pesquisa, em apenas uma, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve a avaliação positiva maior que a negativa.

Os resultados negativos, especialmente relacionados à segurança pública e ao combate à inflação do preço dos alimentos, refletem diretamente na avaliação da população, evidenciando que, de acordo com a pesquisa, são as duas áreas

com maior desaprovação.

Além disso, os dados divulgados demonstram um encolhimento do eleitorado de centro e que, de acordo com a CEO do Ipec, Marcia Cavallari, a cada dez eleitores do Lula, seis não são do mesmo espectro ideológico do presidente, assim, é muito mais difícil convencê-los e, por isso, o desempenho do governo deve ser significativo para uma boa avaliação da população.

A crise de popularidade está posta diante do Planalto e as recentes falas do Governo provocando a movimentação dos ministros demonstram que, internamente, já existe um temor com relação ao baixo desempenho petista.

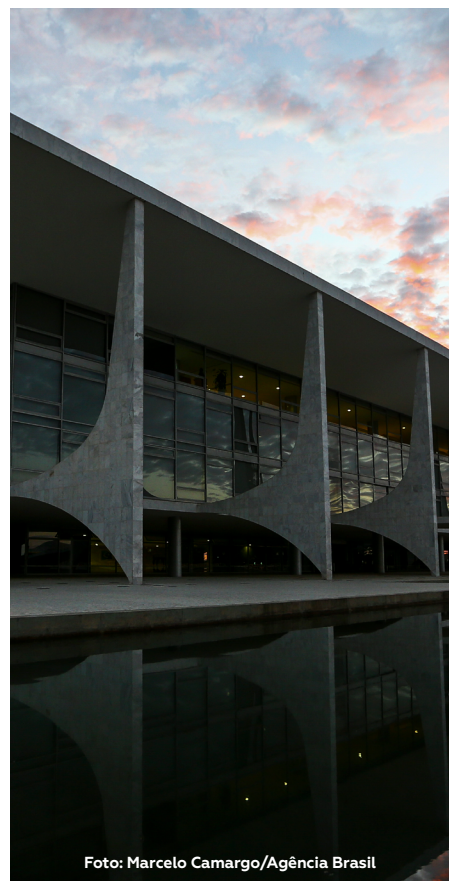


Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

OLHAR LIBERAL

O diálogo entre o iFood e o Ministério do Trabalho sobre a regulamentação do trabalho dos entregadores de aplicativo ressalta a complexidade dessa questão na economia digital.

A retomada do diálogo entre o governo e as empresas do ramo, após um período de estremecimento nas relações, também demonstra a importância do entendimento mútuo e da cooperação para encontrar soluções que beneficiem todos.

O Estado tem o importante papel de regular as diretrizes para as boas práticas econômicas desempenhadas pelos diversos agentes interessados, especialmente em setores onde há assimetria de poder entre

trabalhadores e empregadores. Em contrapartida, a intervenção excessiva do Estado na economia prejudica a liberdade do mercado e reduz as possibilidades de inovação, portanto, demanda-se um equilíbrio na movimentação do Estado para garantir a segurança jurídica e o desenvolvimento econômico.

No entanto, as dificuldades enfrentadas no Congresso e as resistências dos próprios trabalhadores destacam os desafios práticos na implementação dessas políticas. A inclusão dos entregadores no escopo da regulamentação, assim como a sua efetivação, exigirá um debate amplo e a consideração de diferentes perspectivas.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



CAPACITAÇÕES FRB

A Fundação Republicana Brasileira (FRB), a fim de formar e capacitar quadros competitivos para as eleições municipais de 2024, oferece capacitações políticas para pré-candidatos e suas equipes.

E, na primeira semana de maio, já serão realizados dois eventos importantíssimos: a Palestra Política Marketing Eleitoral, em Osasco, e o Preparatório Eleições 2024 - Capacitar e Qualificar, no Maranhão.

Junte-se a nós nessa jornada de aprendizado e preparação para fazer a diferença!

Palestra Política
Marketing Eleitoral

2. Mai 19h

Rua Paulo Lício Rizzo 321 Centro Osasco

A comunicação eficaz que atinge o eleitor.

Alan Ribeiro

CLIQUE AQUI E INSCREVA-SE NO EVENTO DE OSASCO

FRB Republicanos Maranhão

PREPARATÓRIO ELEIÇÕES 2024 CAPACITAR E QUALIFICAR

4. Mai 8h às 18h

Paralelo 04 do Anexo III da Legislação Av. Jerônimo de Albuquerque, 7200 Cofoluna, São Luís - Maranhão

- Atualização da Legislação Eleitoral: A atualização eleitoral não poderá ser processo passivo e transparente.
- Marketing Eleitoral: Capacitação para pre-candidatos. Que cumpram suas obrigações.
- Plano de Governo: Pre-candidatos. Capacitação para governar com ética e eficiência.
- Mobilização: Implementando influência em nível comunitária e organização de base.

CLIQUE AQUI E INSCREVA-SE NO EVENTO DO MARANHÃO



CALENDÁRIO ELEITORAL:



ATENÇÃO!

9 DE MAIO - QUINTA-FEIRA

Data a partir da qual, até 5 de novembro de 2024, fica suspenso o recebimento de solicitações de operações de alistamento, transferência e revisão eleitoral em todas as unidades da Justiça Eleitoral e no serviço de autoatendimento na internet (Lei nº 9.504/1997, art. 91).

5 DE JUNHO - QUARTA-FEIRA

Data-limite para a Justiça Eleitoral disponibilizar aos partidos políticos a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 9º).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

VISÃO DO
ESPECIALISTA



GABRIEL LANA

É graduado em Ciência Política pela UDF, pós-graduando em Assessoria Parlamentar pela Faculdade Republicana e atua como analista político da Fundação Republicana Brasileira – FRB.

CIGARRO ELETRÔNICO NA PAUTA DA ANVISA

A história brasileira com o tabaco remonta ao período colonial do país. O tabaco, que está estampado no Brasão de Armas do Brasil ao lado do ramo de café, é uma planta que já era conhecida e usada pelas sociedades indígenas, especialmente em rituais religiosos, e que se difundiu por todos os continentes durante o período dos grandes descobrimentos e a colonização europeia na África e na Ásia.

A partir de 1950, o uso do tabaco passou a ser identificado como fator de risco para uma série de doenças (INCA, 2022). A atuação governamental a nível federal começou a institucionalizar-se em 1985 com a constituição do Grupo Assessor para o Controle do Tabagismo no Brasil e, em 1986, com a criação do Programa Nacional de Combate ao Fumo (INCA, 2022).

Atualmente, as políticas públicas voltadas para a redução dos impactos do consumo de tabaco são articuladas pelo Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional de Câncer (INCA), e orientadas pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT).

Assim, o Brasil passou a destacar-se como o primeiro país a conseguir banir as descrições das embalagens, o segundo a inserir os alertas com frases e imagens nos maços e um dos poucos a restringir a publicidade. (SILVA, MARTINS, FARIA, COTTA, 2014).

Apesar da atuação do Estado para conter o avanço de derivados do tabaco, novos produtos à base de nicotina têm ganhado espaço na sociedade. Os dispositivos eletrônicos

para fumar (DEF) são também conhecidos como cigarros eletrônicos, *vape*, *pod* e *e-cigarette*, e são considerados pela indústria tabagista uma alternativa menos prejudicial que os cigarros convencionais.

No entanto, a falta de estudos e provas científicas confiáveis motivou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a manter a proibição, fabricação, importação e comercialização desse tipo de produto, mesmo após uma consulta popular, na qual predominaram manifestações contrárias à proibição.

A postura das instituições brasileiras diante da possibilidade de regulamentar a venda e o uso de uma nova forma de consumo da nicotina demonstra o processo de institucionalização das políticas públicas de controle e combate ao tabaco.

O movimento da Anvisa evidencia as características conservadoras do aparato estatal brasileiro, o qual, apesar do posicionamento dos interessados na regulamentação dos DEFs, não alterou uma política nacional que está consolidada na atuação governamental.

O viés institucional construído ao longo dos mais de 50 anos de luta contra o tabagismo está presente nas agências reguladoras e, portanto, motiva os atores políticos a manterem a postura contrária à disseminação de novos produtos derivados da nicotina.



**PARA MAIS INFORMAÇÕES,
ACESSE O LINK DO INSTITUTO
NACIONAL DE CÂNCER - INCA**



**SIGA A FUNDAÇÃO
REPUBLICANA BRASILEIRA
NAS REDES SOCIAIS:**

CLIQUE NOS ÍCONES ABAIXO



ACESSE:

www.fundacaorepublicana.org.br

E-MAIL:

contato@fundacaorepublicana.org.br

FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS (NEP)
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - FRB

DIAGRAMAÇÃO:
BRUNO EUSTÁQUIO - BG10 COMUNICAÇÃO

TEXTO:
FÁBIO VIDAL - NEP FRB
GABRIEL LANA - NEP FRB
DANIEL KENNEDY - NEP FRB

REVISÃO:
TAMIRES LOPES - ASCOM FRB

APOIO:
MAZÉ RODRIGUES - ASCOM FRB
DENISE MATOS - ASCOM FRB

